

Comunidade promete cobrar soluções nas ruas

Vereador propõe que a CEDAE faça as obras da Barra para que a população não seja prejudicada com a "queda de braços" entre o Estado e o Município

Foto: Marcos Salles



O vereador Lysâneas Maciel, do PDT, propôs na última reunião do Fórum de Acompanhamento das Obras do Sistema de Esgotamento da Barra da Tijuca/Jacarepaguá, na ALERJ, que a CEDAE realize as obras de esgotamento sanitário da Barra da Tijuca/Jacarepaguá, pois a Empresa é "a única que tem condições de resolver o problema rapidamente". A proposta foi feita como alternativa para resolver o impasse surgido entre os governos estadual e municipal, que resolveram transformar a construção do sistema em uma "verdadeira queda de braços" entre os dois poderes. Enquanto a prefeitura, alegando ser o poder concedente, quer participar da decisão sobre a licitação e a obra, o governo do Estado resolveu abandonar a questão. Segundo o

presidente da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca, Delair Dumbrosck, no último dia 16 de setembro, o próprio governador Marcello Alencar lhe disse que não ia dar prosseguimento à obra, devido a polêmica criada pela comunidade e pela prefeitura. O posicionamento do governo do Estado não foi aceito pelos parlamentares que resolveram enviar um documento suprapartidário formal ao executivo estadual, exigindo uma solução para a questão até o próximo dia 28 de outubro. O prazo foi definido junto à comunidade, que promete ir para as ruas, no próximo dia 7 de novembro, fazer uma grande manifestação contra o governo do Estado, se não houver uma decisão imediata sobre a execução da obra. Já os deputados Luís Carlos Machado, Tânia Jardim - ambos do PSDB -, e Lúcia Souto (PPS) demonstraram disposição

para conversar sobre a proposta da ASEAC, de forma que a CEDAE assumira a execução da obra de esgotamento da Barra. O presidente da ASEAC, Dario Mondego, se comprometeu a enviar os documentos aos parlamentares, que, por sua vez, estão dispostos a conversar com o governo sobre a questão. Ao falar na reunião do Fórum, o presidente da ASEAC afirmou que, sem dúvida, a CEDAE tem condições de resolver o problema da Barra e de Jacarepaguá: "Quem manda na CEDAE é o governador. A exemplo do Recreio, basta vontade política para que a obra seja feita pela CEDAE", acrescentou Dario. Segundo ele, somente a arrecadação da Companhia na Barra da Tijuca representa R\$ 100 milhões/ano, o que significa que a Estado poderia viabilizar a obra em três anos, provavelmente "sem pedir um tostão a ninguém", concluiu. (Página 3)

Festa de final de ano será dia 11 na Floresta da Tijuca. (página 2)

Associação dos Empregados de
Nível Universitário da CEDAE
Rua Sacadura Cabral, 120, salas 601,
602, 607 e 902
Tels: 263- 6240 e 296-0025 - Ramal 102
Telefax: 253-7482
Internet:aseac@mandic.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
Dario Mondego
Diretor vice-Presidente
Walcyr Goulart Mariosa
Diretor Administrativo
César Eduardo Scherer
Diretor Financeiro
Edson Reis da Silva
Diretor de Comunicação
Jaime Dutra Noronha
Diretor Técnico
João Benedito Lorenzon Mello
Diretor Social
Antônio Carlos Alvares Grillo

CONSELHO DIRETOR

Representantes dos Administradores:
Pedro Paulo de Freitas
Advogados:
Sueli Kolling Turano
Analistas:
César Lima da Graça
Aposentados:
Edson Bittencourt Rosas
Elysio Américo M. Da Fonseca
Leon Amram
Nacim Chau Cascum
Arquitetos:
Dirceu Soares Marinho Filho
Biólogos:
Evandro Rodrigues de Brito
Contadores:
Sergio Pereira
Demais categorias:
Eliana Glória de P. Peixoto
Economistas:
Pedro Evandro Ferreira
Engenheiros:
Álvaro Henrique C. Verocai
Clóvis Francisco do Nascimento Filho
Flávio de Carvalho Filho
Márcio de Melo Rocha
Paulo César Quintanilha
Renato Guerra Marques

CONSELHO FISCAL

Emy Guimarães de Lemos
Arlindo Pereira
Jorge Rodrigues Leitão
Alberto José M. Gomes
Produção e Edição
Planin - Assessoria de Comunicação
Telefax: (021) 220-5031 / 224-5472
Jornalista Responsável
Carlos Emiliano Eleutério - MTB: 12.524/RJ
Diagramação:
Joyce Velasco
Revisão:
Maria Amália Monteiro

Edição de setembro de 1997
Tiragem: 1.000 exemplares

“Águas de Niterói” assume os serviços até dezembro

Até o final do ano, o consórcio Águas de Niterói (Carioca - Christiani Nielsen; Queiroz Galvão; Developer; Trana Construções e Cowan) - vencedor da licitação da concessão dos serviços de Saneamento de Niterói - deverá assumir os serviços no município. A homologação da concessão - por um período de 30 anos - foi publicada, no último dia 26 de setembro, no Diário Oficial. Segundo informações da Assessoria de Imprensa da prefeitura de Niterói, a partir da publicação da homologação, o consórcio tem um prazo de até 75 dias para formar a nova Empresa, que deverá assumir os serviços de Saneamento no município, depois de assinar o contrato com a prefeitura, o que deve ocorrer em meados de dezembro.

A mesma fonte garantiu que as ações impetradas pelo Estado, através da CEDAE e pelo Sindicato dos Trabalhadores de Águas e Esgotos de Niterói foram cassadas pela Justiça. A questão, no entanto, não está totalmente resolvida, pois alguns vereadores continuam questionando pontos do edital de concessão. Para o vereador Petersen Mendes, do PT, a decisão da prefeitura de Niterói de transferir ao setor privado os serviços de abastecimento de água e de esgotamento

sanitário da cidade é totalmente prejudicial aos consumidores, devido a, pelo menos, 13 falhas encontradas no edital de concorrência. Petersen listou essas falhas e as encaminhou ao prefeito Jorge Roberto Silveira (PDT); ao Tribunal de Contas do Estado, para análise; e ao Ministério Público, para as providências cabíveis.

Entre outros pontos, ele alega que, no item 3.1 do edital de concessão, não está prevista a participação dos usuários no mecanismo de fiscalização, conforme determina a Constituição Federal (artigo 175, parágrafo único), “bem como, são insuficientes as cláusulas relativas aos direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização dos serviços, conforme é garantido, respectivamente, nos artigos 3º e 30 da Lei Federal 8.987/95”. Além disso, o edital não prevê a obrigação de a concessionária prestar o serviço de coleta e tratamento de esgotos industriais, o que deixa sem solução o problema desses efluentes que, como o das indústrias de sardinha existentes em Niterói, certamente serão jogados diretamente no mar, já que o edital faculta - e não obriga - a concessionária, a seu exclusivo critério, firmar contratos para tratamento de efluentes industriais e não domésticos.

Aniversário da ASEAC



O presidente da CEDAE, José Maurício Nolasco, e diversos diretores da Companhia prestigiaram a festa de comemoração dos 17 anos de fundação da ASEAC, no último dia 29 de agosto. Na ocasião, Nolasco chamou a atenção para o fato de que a Empresa precisa reduzir a sua inadimplência e a sua folha de pagamentos. Durante a festa, quando foi oferecido um coquetel para os seus associados, a atual diretoria da ASEAC inaugurou a placa alusiva à última diretoria e homenageou o empregado Roberto Bacalhao. Na ocasião foi prestada uma homenagem póstuma ao médico Fausto Pereira Guimarães, sanitarista de renome, pelos serviços prestados ao saneamento e ao Brasil.

Festa de final de ano

A tradicional festa de confraternização de final da ASEAC promete “arrasar” este ano. Vai ser na Casa de Festas “Vale da Boa Vista” (Estrada de Furnas nº 572, no Alto da Boa Vista), num ambiente bastante ecológico. Com música ao vivo, coquetel composto de welcome drink, mesa de frios, canapés, salgados quentes, bebidas e mesa de chá, o evento será no dia 11 de dezembro, às 21:00 horas. Os interessados em adquirir os convites já podem fazê-lo na sede da ASEAC (263-6240/253-7482) ou com os conselheiros e diretores da Associação.



Saneamento na Barra

Estado e Município brigam e comunidade "paga o pato"

As contestações feitas pela comunidade da Barra ao Edital de Licitação para a concessão dos serviços de Saneamento Básico da Barra da Tijuca/Jacarepaguá estão servindo para que os governos estadual e municipal arrumem mais um motivo de brigas, enquanto a comunidade continua prejudicada sem as obras, que vão permitir a complementação do sistema de esgotamento sanitário da Região.

A opinião é de parlamentares que participaram, no último dia 7 de outubro, da reunião do Fórum de Acompanhamento das Obras do Sistema de Esgotamento da Barra da Tijuca/Jacarepaguá, na Assembléia Legislativa do Estado. A discussão sobre a privatização do Saneamento da Região esquentou os ânimos de vários desses parlamentares, que compareceram à ALERJ, para tentar intermediar uma solução sobre o assunto entre o governo do Estado, a prefeitura e a comunidade, representada pela Câmara Comunitária da Barra.

Tudo isto porque, apesar de ter garantido sua participação na reunião, o vice-governador Luís Paulo Corrêa da Rocha não apareceu, provocando constrangimentos à vice-Presidente da ALERJ, deputada Tânia Jardim, do PSDB, que não teve uma explicação plausível para a sua ausência (alegou dificuldades de agenda), até porque em reunião anterior do Fórum de Acompanhamento das Obras do Sistema de Esgotamento da Barra da Tijuca/Jacarepaguá, Luís Paulo havia se comprometido a comparecer ao encontro com uma solução para a comunidade, que discorda do prazo de 11 anos para a conclusão da obra, definido no edital de licitação.

Na opinião da deputada Lúcia Souto (PPS) é um absurdo que o governador e o prefeito não cheguem a um acordo, e que o governador Marcello Alencar diga que não vai fazer a obra: "O Saneamento Básico é um direito constitucional e o Estado existe para garantir esse direito. Temos de iniciar um novo patamar nas relações Estado/Município, onde a prioridade seja o direito do cidadão. Eu estou indignada e tenho certeza que a deputada Tânia Jardim está tão indignada quanto eu".

Por sua vez, o vereador Eduardo Paes, do PFL, disse que o município não faz a obra de esgotamento da Barra, porque o governo do Estado não deixa. A sua alegação, no entanto, foi desmentida pela deputada Tânia Jardim (PSDB): "A prefeitura é omissa há anos. Se ela é o poder concedente, porque até agora não falou, não fez nada? A nossa função é conseguir viabilizar um acordo entre o governo do Estado e a comunidade, que permita a execução da obra, e eu tenho esperança de que vamos conseguir".

Logo no início da reunião, que contou também com



Foto: Marcos Salles

Dumbrosck continua questionando os prazos das obras no edital.

a participação de vários moradores da Barra da Tijuca, além do Procurador da República, Luís Queiroz, o presidente da Câmara Comunitária explicou que no encontro estavam representadas 100 mil pessoas - cansadas de esperar por uma solução: "Os condomínios pagam a tarifa de esgoto à Cedae e mesmo assim

"Temos de iniciar um novo patamar nas relações Estado/Município, onde a prioridade seja o direito do cidadão."

continuam gastando fortunas para manter sistemas de tratamento individuais. O Novo Leblon e o Nova Ipanema gastaram agora mais de R\$ 100 mil para reformar suas estações de tratamento".

Delair Dumbrosck informou ainda que esteve com o governador Marcello Alencar, no último dia 16 de setembro, e que este lhe afirmou que não vai mais fazer a obra de esgotamento da Barra/Jacarepaguá, devido a polêmica criada com o município - por este ser o poder concedente - em torno do assunto. De qualquer forma para o presidente da Câmara Comunitária da Barra, a situação, como está, é insustentável e a comunidade vai para as ruas fazer manifestações contra o governo do Estado: "Vamos bater feio nesse problema. Se a prefeitura ficar do nosso lado, ótimo, senão vamos bater, também, na prefeitura. Agora, o que nós não podemos é deixar que as lagoas virem valas negras, pois se a obra não for iniciada, imediatamente, isto vai ocorrer antes do ano 2.000". Ao finalizar, Delair fez um apelo ao Procurador da República Luís Queiroz para que este tomasse as medidas legais para resolver o problema.

Por sua vez, o Procurador fez um relato histórico da

questão: "Em 1986, foi proposta uma ação na Justiça para que, antes da construção do Emissário Submarino da Barra, se fizesse o tratamento primário. Essa ação se prolongou até 1996, quando foi feito um acordo com o governo do Estado (CEDAE/FEEMA) e a comunidade. Na ocasião, ficou estabelecido um prazo de quatro anos para que a obra fosse concluída. Como a obra sequer foi iniciada, o Ministério Público notificou o governo do Estado que, por sua vez, informou que a prefeitura, alegando ser o poder concedente, está afirmando que o Estado não tem competência para fazer a obra". Ao explicar que esperava a participação de representantes dos executivos estadual e municipal naquela reunião, para que se pudesse chegar a um acordo, o Procurador lamentou as ausências, apesar de ter informações oficiais de que o governador e o prefeito estão conversando sobre a questão, garantiu.

De qualquer forma para o procurador, o fundamental é que se defina, de fato, quem é o poder concedente.

"Queda de braços"

A briga entre o Estado e o Município sobre o esgotamento sanitário da Barra/Jacarepaguá também promete esquentar, pois a orientação da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - instalada na Câmara de Vereadores sobre a CEDAE é de que a prefeitura "aperte o cerco" contra o governo do Estado, pois a competência dos serviços de Saneamento é, com certeza, municipal. A proposta, segundo o vereador Eduardo Paes, do PFL, é de que a obra para a construção do sistema de esgotamento da Barra seja licitada pela prefeitura, com a participação da CEDAE. Ao mesmo tempo, a CPI decidiu que vai enviar denúncia ao Ministério Público, para que seja cumprida a lei que obriga a CEDAE a repassar à prefeitura 50% dos recursos arrecadados, através de tarifa, nos locais onde a Empresa utiliza as galerias de águas pluviais para jogar os esgotos coletados. Aprovada na época em que Marcello Alencar era prefeito, a lei até hoje não foi cumprida. Eduardo Paes disse que a CEDAE joga 2/3 de todos os esgotos coletados no município nos rios (galerias de águas pluviais) da cidade, obrigando a prefeitura a ter custos adicionais de limpeza desses cursos d'água. O vereador do PFL explicou que a CPI está sugerindo ao prefeito que peça à Justiça, que retenha esses recursos até que haja uma conclusão sobre a questão. O vereador do PFL confirmou que a Câmara dos Vereadores já aprovou a criação de uma Empresa Municipal de Água e Esgoto.

Apenas com o "ponto" liberado, técnicos se mobilizam para levar experiência da CEDAE ao Congresso da ABES, o maior evento de Saneamento do País

Qualidade ultrapassa as fronteiras do Brasil

Graças ao esforço pessoal da jovem equipe responsável pela operação da Estação de Tratamento do Guandu - atualmente, a maior do mundo - não passou "em branco" a tradicional participação da CEDAE no 19º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental da ABES - o maior evento do setor, em todo o País - realizado este ano em Foz do Iguaçu, no Paraná, em setembro, com a presença de três mil profissionais de saneamento, do Brasil e do exterior.

A participação dos técnicos da CEDAE - embora tímida, no que se refere à presença e ao número de trabalhos apresentados em relação a eventos anteriores - foi marcada com a apresentação de um criterioso trabalho, elaborado pelos engenheiros Edes Fernandes de Oliveira, José Roberto da Costa Dantas e Júlio César Oliveira Antunes, que viajaram a Foz do Iguaçu com seus próprios recursos financeiros, para divulgar o estudo e a experiência da CEDAE na ETA do Guandu.

Abordando a questão da extração irregular de areia nas margens do rio Guandu, que vem degradando aquela importante fonte de abastecimento para a população do Estado do Rio, o estudo foi baseado em experiências vividas pela equipe técnica da maior estação de tratamento do mundo, e que capta no rio Guandu cerca de 47 litros por segundo para abastecer nove milhões de pessoas. Duas diretrizes nortearam o desenvolvimento do trabalho: a demonstração dos possíveis problemas nas ETAs, quando não existe cuidados técnicos no processo de extração e a responsabilidade da preservação; e do impacto ambiental desta atividade, quando ela é executada de maneira predatória, sem os devidos cuidados com as transformações impostas à região.

Durante um ano, foram feitas coletas de dados e pesquisas para avaliar a situação, através do levantamento dos locais de concentração de areais e suas distâncias do ponto de captação e acompanhamento fotográfico de todo o trecho. Além disso, foi feito um estudo comparativo do levantamento aerofotogramétrico realizado em 1991, com um mais antigo, de 1976. O trabalho incluiu, ainda, análises dos valores de turbidez no rio Guandu, no período de um ano, e da variação de sua vazão.

O resultado do trabalho, mostrando forte degradação daquele curso, foi enviado a diversos órgãos estaduais, como a Serla, a Feema, DNPM, DRM-RJ e à própria



Foto: Arquivo

Da esquerda para a direita Edes Fernandes e José Roberto (terceiro e quarto), com Júlio César (o sexto na foto), em visita a ETA de Itaipu, com técnicos de outras Cias, durante o Congresso da ABES, em Foz do Iguaçu.

CEDAE. Com base nele, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente regulamentou a extração de areia no rio Guandu, que vinha se processando de forma inadequada, com a desfiguração das margens originais, formação de bolsões laterais e abertura de crateras no leito do rio, "em proporções, tecnicamente, incompatíveis". Em consequência, suspendeu a análise por parte da FEEMA - órgão oficial de licenciamento - de pedidos de novos empreendimentos e daqueles, já instalados, que ainda não haviam solicitado o licenciamento, tornando-os ilegais, e determinou ações para compensar a degradação, por parte daqueles já licenciados. A atividade ilegal vinha prejudicando o tratamento de água na ETA do Guandu, gerando altas variações na turbidez, além de instabilidade e acúmulo de areia nas margens dos rios. Tudo isso agravado pelas chuvas fortes e pela variação constante da vazão.

Os técnicos do Guandu responsáveis pelo trabalho apresentado no Congresso da ABES formam uma das equipes mais jovens da Empresa, que vem ajudando a construir a CEDAE que dá certo. Edes Fernandes é engenheiro civil, pós graduado em engenharia sanitária, e

responde pela gerência do serviço de controle operacional da ETA. José Roberto é engenheiro químico, com pós-graduação em engenharia sanitária, e atualmente é assistente da Superintendência da Estação. Júlio César, engenheiro civil, também pós-graduado em engenharia sanitária, é gerente responsável pelo serviço de elevatórias do Sistema de Produção do Guandu e professor do Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET-RJ.

A qualidade e a oportunidade do estudo foram comprovadas ainda em Foz do Iguaçu, com um grande número de solicitações e consultas por parte de técnicos de várias companhias de Saneamento do País, além de outros especialistas estrangeiros, da Argentina e do Peru, interessados em conhecer detalhes do trabalho, para aplicar em seus países de origem. O presidente da ASEAC, Dario Mondego, lamentou a falta de apoio da direção da Empresa para o envio de técnicos da CEDAE ao Congresso da ABES, que tem servido exatamente para promover o intercâmbio de experiências destinadas a melhorar a qualidade dos serviços de saneamento básico prestados pelas empresas estaduais e municipais e, historicamente, sempre contou com a participação maciça da CEDAE.